



ELO ASSOCIATIVO

CPCCRD • PT



**CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO**

Fundada em 31 de Maio de 1924

N.º 57

MAIO 2020

COVID-19

COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO PERDEM

395 MILHÕES €

E PRECISAM DE

123 MILHÕES €

PARA RETOMAR ACTIVIDADES

Proposta apresentada aos decisores políticos aguarda resposta
(documento completo na página 6)

MAIS DE 120.000 ACTIVIDADES SUSPENSAS OU ANULADAS

ADIADAS MAIS DE 30.000 ASSEMBLEIAS GERAIS E ASSEMBLEIAS ELEITORAIS

CERCA DE 3 MILHÕES DE PARTICIPANTES SEM ACTIVIDADES

Feiras, Festas, Romarias, Procissões, Concertos, Espectáculos, Saraus, Torneios,
Aniversários, Exposições, Bailes, Excursões, Obras, Mostras, etc.

ALERTA!

Estão a surgir indicações falsas nos emails oferecendo prémios ou outros, cuja origem é falsa e que deverão ser imediatamente rejeitados e denunciados à PJ.

**Confederação
e UBI**
(Universidade da
Beira Interior)
**estudam
Parceria de
Cooperação**

DIA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES

31 MAIO 2020

Transmissão via facebook da Confederação
para todas as colectividades
entre as 18 e as 19 horas

<https://www.facebook.com/confederacao.colectividades>

**EDITORIAL**

Augusto Flor, Dr. | Presidente da Direção

JUSTIÇA E DEMOCRACIA EM TEMPO DE PANDEMIA

O sobressalto mantém-se. Cada dia que passa, soma-se aos dias passados e aos dados de infectados, internados, mortos e alguns recuperados. De todo o Mundo chegam-nos boas e más notícias, mais más que boas.

No continente europeu ou americano casos há que os médicos são obrigados a deixar morrer uns para salvar outros por falta de meios de suporte de vida. A vida de milhares de seres humanos é posta no prato da balança oposto à economia.

Aqui e ali notam-se tiques de autoritarismo e securitarismo exacerbados deixando aparecer laivos de ditadura latente. A Democracia está por um fio.

Lá como cá, conceitos de Democracia política, económica, cultural e social estão em debate como se valesse tudo e alguém estivesse à espera desta oportunidade. Como se isto só tivesse um fim possível. Como se tivesse sido preparado para acentuar desigualdades e desequilibrar ainda mais os poderes. Como se estivessem já previstas as vítimas e os “efeitos colaterais”.

Podemos e devemos olhar este período da nossa vida colectiva com muita atenção, sentido crítico, consciência e confiança que podemos defender o que de mais importante temos: a Liberdade, a Democracia e a Justiça. Cada oportunidade conta e deve servir para os defender.

Por isso, a nossa Confederação, acompanha, avalia a situação e identificou um conjunto de necessidades que deverão ser ultrapassadas pelo próprio movimento associativo enquanto poder, em cooperação com os poderes políticos instituídos (Governo, Assembleia da República e Autarquias) sob a supervisão e responsabilidade institucional do Presidente da República.

Estimam-se em cerca de 395 Milhões de Euros as perdas de receitas entre 15 de Março e 30 Abril. Estima-se que para o arranque das actividades associativas a nível nacional (Junho/Julho) sejam necessários 123 Milhões de Euros.

As nossas propostas, fundamentadas, têm o apoio do CNAP – Conselho Nacional do Associativismo Popular, da CPES – Confederação Portuguesa de Economia Social, da CDP – Confederação do Desporto de Portugal.

Só falta mesmo a sensibilidade e vontade política para que se faça justiça e garanta que a Democracia não se esqueça da Cultura, Recreio e Desporto Populares.

Se a Democracia portuguesa se esquecer da Cultura, Recreio e Desporto Popular, é porque está em crise e em agonia. Está em risco a nossa identidade, o sistema social de prevenção que defendemos e a coesão social e territorial que necessitamos.

Estamos todos à prova!



Francisco Barbosa da Costa, Dr.
Presidente da Mesa do Congresso

LIÇÕES DA PANDEMIA

Todas as coisas da vida, sejam nefastas ou menos boas, são motivos de lições. Cabe-nos, com inteligência e humildade, extrair delas o que pode dar novos rumos às nossas existências.

Antes de mais, é tempo de reconstruirmos as nossas vidas tendo como paradigma a escolha de um estilo de vida em que prevaleça, a atenta audição dos outros, o respeito mútuo, a partilha de bens e de experiências, a solidariedade, enfim, uma nova atitude relacional, onde o outro seja mais considerado que o eu.

A nível coletivo, importa contribuirmos, de forma ativa, para o esbatimento das desigualdades entre pessoas, grupos, países e continentes. Na verdade, a situação trágica e anómala que estamos a viver ensina-nos que, por mais ricos, poderosos e cultos que sejamos, estamos no mesmo barco.

Apesar das enormes desigualdades existentes entre ricos e pobres não virem a ser apagadas, ponto é, que haverá grandes mudanças no convívio das pessoas e das comunidades. Pena é que o mesmo não acontecerá, infelizmente, entre as nações.

Com este quadro referencial, é tempo de começar de novo, tendo em conta as belas experiências de todos quantos apostaram em não deixar ninguém para trás.

É também tempo da fuga à resignação e à colocação de uma pedra sobre a esperança que, como a sabedoria popular sentencia, é a última a morrer.

Neste vale de sofrimento, de ansiedade, de quase desespero em que fomos mergulhados, sentimo-nos confortados com a notícia de que a comunidade científica de todas as origens e latitudes, está a dar as mãos, com humildade e desprendimento, na busca de meios de cura para esta pandemia. Espero que os governos dos povos, a quem cabe a última palavra, no financiamento e na oferta de outros meios para a sua concretização, sejam dignos dos mandatos conferidos pelas populações, fazendo a sua parte como é sua estrita obrigação.

Aproveito a oportunidade de apelar ao uso digno e criativo, das redes sociais.

Se é verdade que esta forma de comunicação abriu novos caminhos aos homens do nosso tempo, é também verdade que, nem sempre, é bem utilizada. De facto, há muita gente, muito mais do que seria desejável, que a usa, para, muitas vezes, a coberto do anonimato, destilar ódios, venenos insanos, suspeitas infames sobre os outros.

Pena é que este meio que deveria ser um caminho para a aproximação entre os homens seja aviltado.

Vamos usá-lo para, neste tempo de confinamento forçado, para saber das dificuldades dos outros, das suas angústias e medos, das suas dificuldades materiais e culturais, procurando dar-lhes as mãos, animá-los, partilhar afetos e bens, se tal for necessário.

A maior lição desta pandemia será o combate ao desânimo e a prática da esperança ativa, para instauração de um mundo novo.



Rosa Baptista, Prof.
Presidente do Conselho Fiscal

TEMPOS DIFÍCEIS MAS DE ESPERANÇA

Os caminhos que vamos traçar nos próximos tempos não se adivinham facilitadores.

Não serão rápidos, nem fáceis de percorrer. Esta pandemia que nos invadiu vai definir a era moderna da mesma forma que a Segunda Guerra Mundial moldou gerações anteriores.

Diversas coisas nos circundam e acontecem diariamente, com a simples finalidade de nos ensinar lições de vida, nos fortalecer por dentro e nos aliviar por fora.

Quantas dádivas de Deus podemos contemplar, entre muitas delas, o imenso prazer de contar com um eterno presente: um AMIGO.

Este é o tempo real para ser amigo, companheiro, irmão, pai, mãe, em tantos momentos que precisamos de apoio e de um colo amigo, onde sabemos que não iremos ser julgados nem cobrados por nada, neste distanciamento a que fomos obrigados. Sofremos por nós e pelos que nos são próximos mas sem podermos estar perto. Temos de contemplar e viver o real sentido de ter amigos, de poder desfrutar deste lindo sentimento que se chama: amor, carinho, companheirismo, fidelidade, solidariedade e gratidão.

Uma palavra muito especial para os nossos grandes generais de Abril da sociedade de hoje que lutam com todas as suas forças e profissionalismo para salvar as nossas vidas, os Profissionais de Saúde

Apesar de se adivinharem tempos muito difíceis, devemos ver a vida com cor, profundidade e esperança.

Estamos juntos e juntos somos mais Fortes!

Juntos Venceremos!

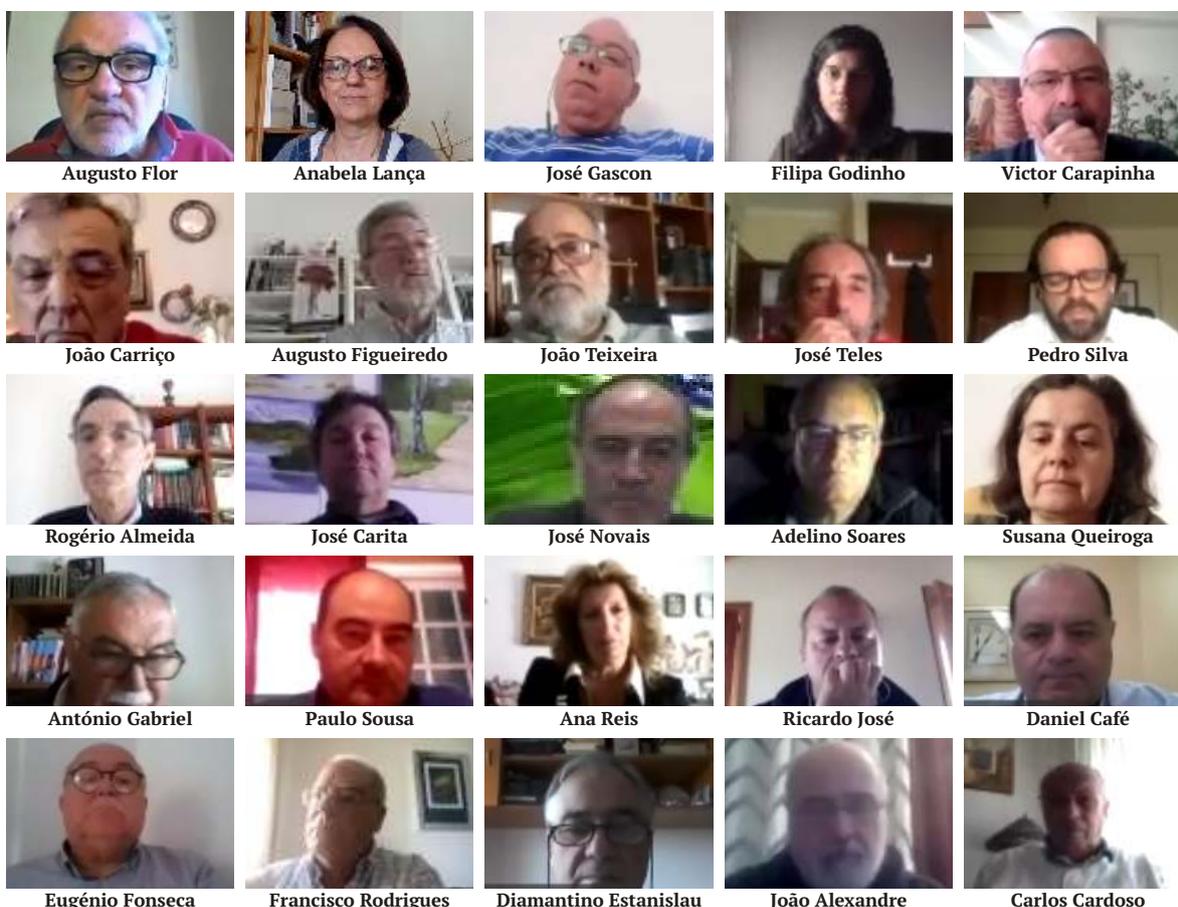
CONSELHO NACIONAL DO ASSOCIATIVISMO POPULAR (CNAP)

Aprova Plano de Emergência Nacional e comemora 5.º Aniversário

Por iniciativa da nossa Confederação, realizou-se no dia 9 Maio uma Videoconferência que juntou 25 Dirigentes das Federações e Confederações representativas de todo o universo da cultura, recreio, desporto e voluntariado português.

Esta iniciativa teve dois objectivos: analisar a situação do Associativismo em fase de epidemia Covid-19 e decidir as propostas a apresentar às Autarquias e ao Governo; Iniciar as comemorações do 5.º Aniversário do Congresso Nacional de Colectividades, Associações e Clubes realizado em 2015.

A 7 de Novembro deverá realizar-se um evento de âmbito nacional, organizado em conjunto pelo CNAP.



A ASSEMBEIA DA REPÚBLICA E O ASSOCIATIVISMO

A Confederação enviou a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República os documentos estruturantes como é o caso do Plano de Emergência Nacional e as Notas Associativas sobre a Covid-19.

Alguns Grupos Parlamentares responderam, informando terem apresentado perguntas ao Governo, nos casos o PEV <https://www.cpccrd.pt/Page/165/articleType/ArticleView/articleId/2862/Destaques.aspx> e o PCP <https://www.cpccrd.pt/Page/165/articleType/ArticleView/articleId/2861/Destaques.aspx>. Aguardamos resposta dos restantes Partidos.

Solicitamos a todos os Colegas Dirigentes que intercedam junto dos Deputados de todos os Partidos nas suas regiões para que estes tomem posição sobre as propostas da Confederação.



**CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA,
RECREIO E DESPORTO**

COVID-19

Rua da Palma, 248 · 1100-394 Lisboa
Tel: 218 882 619 · 218 822 731 / Fax: 218 882 866
Tlm: 916 841 315 · 916 537 101 · 913 807 823

✉ geral@cpccrd.pt
🌐 cpccrd.pt
📌 /confederacao.colectividades

Plano de Emergência Nacional

de apoio às 30.000 Colectividades de Cultura Recreio e Desporto existentes em Portugal

Ex.º Senhor Presidente da República
Ex.º Senhor Presidente da Assembleia da República
Ex.º Senhor Primeiro Ministro
Ex.º Senhor Presidente da ANMP
Ex.º Senhor Presidente da ANAFRE

No passado dia 2 de Abril, a CPCCRD enviou uma Carta à Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, à qual nem tão pouco foi acusada a receção. Porque a situação e a nossa responsabilidade assim o exigem, solicitamos a V.ªs Ex.ªs que ponderem sobre a situação do Associativismo Popular de Cultura, Recreio e Desporto e façam justiça. Manifestamos total disponibilidade para esclarecimentos complementares.

Ser um exemplo a seguir e a valorizar

As Colectividades, Associações e Clubes deram e continuam a dar um valioso contributo ao confinamento ao terem suspenso todas as atividades e encerrado as suas 30.000 sedes sociais, espaços culturais e desportivos. De 15 Março a 30 de Abril, foram suspensas, adiadas ou anuladas mais de 120.000 atividades, que envolveriam cerca de 3 milhões de participantes.

Apoiar associados e comunidade

Foram tomadas medidas para que os órgãos sociais mantivessem o funcionamento à distância, e assim podemos organizar e apoiar os associados, os vizinhos, a comunidade e muitas entidades sociais de primeira linha. Contribuímos com a feitura de refeições e EPIs para hospitais, distribuimos bens alimentares e medicamentos, disponibilizamos transportes e espaços físicos para hospitais de campanha.

Contribuir para a auto estima e confiança

Contribuímos para a onda de solidariedade e motivação, dando esperança e coragem a crianças, jovens, adultos e idosos. No processo de retoma gradual e consciente da atividade associativa, próprios da música, teatro, dança e desporto. Vamos reforçar a confiança, ânimo, auto estima e redobrar a coragem com atividades que nos tratarão de volta felicidade e alegria.

Temos um compromisso com o futuro

As 30.000 Colectividades, Associações e Clubes de Portugal, têm um compromisso com Portugal e,

por isso, não podem deixar de ser apoiadas nesta fase difícil. Estamos em todos os lugares, aldeias, cidades, bairros.

Estima-se que o encerramento das instalações e a suspensão das atividades a 100% (Março, Abril e Maio) tenha um impacto negativo de cerca de 395 milhões €. Milhares trabalhadores efetivos foram para Lay off. Milhares de prestadores de serviços/trabalhadores independentes fornecedores de serviços ao associativismo ficaram sem atividade. As despesas fixas e permanentes mantiveram-se.

Para o arranque e recuperação das atividades associativas, estima-se que sejam necessários cerca de 123 milhões €. Estas entidades sem fins lucrativos não têm reservas ou fundos bancários e não podem hipotecar o seu futuro com dívidas resultantes desta pandemia correndo o risco de encerrarem por insolvência. As receitas, regra geral, cobrem as despesas. Os Dirigentes Associativos são voluntários e benévolos, trabalham e pagam para realizar os sonhos de milhões de seres humanos em muitos casos em substituição do Estado Central e Local.

A retoma será lenta mas segura

Estima-se que nos meses de Março, Abril e Maio as atividades tenham uma quebra de 100%. Que a 1ª fase de retoma gradual das atividades seja em Junho, Julho e Agosto e recupere 50%. Que nos meses de Setembro e Outubro atinja os 75%. Que nos meses de Novembro e Dezembro possa atingir os 100% se não houver segunda vaga da Covid.19 e as restrições às atividades sejam atenuadas ou levantadas.

A Democracia não abandona a cultura, o recreio e o desporto

Não é próprio de uma democracia esquecer a cultura, o recreio e o desporto. Se não há sinais de sensibilidade e medidas concretas, é porque o regime político está em degradação, colocando em causa a participação cívica, a tradição, a identidade, a transparência, a prevenção social, a coesão social e territorial. É não entender a importância deste setor para o impulso económico tão necessário. É não observar o princípio constitucional de discriminação positiva e especificidades do associativismo.

Por tudo isto, a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, em nome do CNAP – Conselho Nacional do Associativismo Popular de cultura, recreio e desporto reclama:

Das Câmaras Municipais

1. Apoio extraordinário às pequenas e médias Coletividades, mediante evidências, até o valor de 1.000€/mês para satisfação de pagamentos de despesas de funcionamento (rendas, água, luz, gás, seguros), sendo, posteriormente, as Autarquias, reembolsadas pelo Orçamento do Estado;
2. Reforço extraordinário das verbas afetas aos Regulamentos Municipais de Apoio ao Associativismo para pagamento imediato de 50% dos Contratos Programa ou Protocolos até 31 de Maio;
3. Pagamento antecipado de dois duodécimos dos Contratos Programa ou Protocolos por cada mês do 2º semestre;
4. Isenção de pagamento de renda de instalações municipais,
5. Isenção de IMI;
6. Isenção do pagamento de água, tarifas e taxas associadas (águas residuais, resíduos urbanos);

7. Cedência gratuita de EPIs (máscaras e álcool gel) para a retoma das Atividades Associativas de acordo com as necessidades manifestadas e justificadas pelas entidades;
8. Criação de um Guia/Manual de Desconfinamento das Coletividades, Associações e Clubes, para retoma das atividades associativas de acordo com as recomendações da DGS e Governo respeitando as condições e especificidades locais em cooperação com o serviço Municipal de Proteção Civil e Delegação de Saúde.

Do Governo:

Para as grandes Coletividades, designadamente com trabalhadores a cargo, seja disponibilizada uma linha de crédito nas entidades financeiras da Economia Social (Montepio e Crédito Agrícola) e/ou Caixa Geral de Depósitos, podendo as Coletividades contratar até 100.000€ com moratória até Dezembro 2020, a liquidar até 36 meses sem juros, devendo estes serem suportados pelo Orçamento do Estado.

9. Garantir o acesso imediato ao Lay off total ou parcial dos trabalhadores das Coletividades com pagamento total pelo Orçamento do Estado.
10. Isenção do pagamento de IRC até aos 30.000€.
11. Aplicação do IVA reduzido (6%) nos espetáculos associativos com entradas pagas.
12. Negociação/sensibilização para que a SPA, PassMúsica, Operadoras de Comunicações e de TV isentem das Licenças nos meses de Março, Abril, Maio e Junho.
13. Negociação/sensibilização para estorno de seguros nos meses de Março, Abril, Maio e Junho.

Estas medidas devem ser aplicadas por solicitação das Coletividades, Associações e Clubes, e deferidas independentemente destas terem ou não o Estatuto de Utilidade Pública.

Sem prejuízo de cada uma apresentar propostas específicas e complementares, o conjunto de medidas ora apresentadas é subscrito e reflete a vontade e desejo coletivo, das entidades que compõem o CNAP – Conselho Nacional do Associativismo Popular (*), reunido a 9 Maio 2020 por via digital:

Confederação das Casas do Povo
Confederação do Desporto de Portugal
Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (**)
Confederação Portuguesa do Voluntariado
Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal
Federação do Folclore Português
Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais
Federação Portuguesa de Teatro

Lisboa, 9 Maio 2020

(*) Plataforma informal

(**) Membro do CES - Conselho Económico e Social; CNES – Conselho Nacional da Economia Social; CND – Conselho Nacional do Desporto.

CONFEDERAÇÃO ENVIOU E-MAIL À PROFESSORA DOUTORA GRAÇA FREITAS

(Directora Geral da Saúde)

message

De: Augusto Flor

Date: sábado, 2/05/2020 à(s) 14:09

Subject: Recomendações específicas

To: <geral@dgs.min-saude.pt>

Ex^a Senhora
Professora Doutora
Graça Freitas

2 de maio de 2020

Em primeiro lugar, manifestar o reconhecimento da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) pelo empenhamento e profissionalismo que tem demonstrado na luta para defender Portugal e os seus cidadãos e cidadãs da Pandemia Covid-19.

Na qualidade de Presidente da CPCCRD, e em representação das mais de 30.000 Colectividades, Associações e Clubes de Portugal, onde estão filiados cerca de 3 milhões de pessoas e é dirigido por cerca de 425.000 Dirigentes Voluntários e Benévolos, informo que este importante setor da sociedade portuguesa, tem cumprido com rigor e zelo todas as recomendações da DGS e do Governo e assim, contribuído para o êxito do processo de confinamento. Temos igualmente colaborado com entidades locais no apoio a pessoas e instituições públicas e privadas no combate à pandemia.

Contudo, com o fim do Estado de Emergência, surgem muitas dúvidas aos Dirigentes Associativos, uma vez que nunca foi citado este setor e não se conhecem que analogias podem ser feitas.

Não somos empresas, nem escolas, nem estabelecimentos comerciais, nem lugares de culto mas, somos um pouco de tudo isto uma vez que a área da cultura, recreio e desporto popular é muito diversificada nas actividades e abrangente em número de pessoas e no território. A vontade e necessidade de regressar ao "normal" pode gerar uma onda de retrocesso que queremos de todo evitar.

Solicitamos por isso que nos recomende as medidas mais indicadas para este tipo de actividade que está disseminada por todos os lugares, aldeias, bairros do país.

Somos a maior rede social e de voluntariado e queremos ser parte activa da solução e não um problema.

Na expectativa de uma resposta breve, faço votos de coragem e confiança no futuro.

Por favor, disponha!

Augusto Flor, Dr.
Presidente da CPCCRD

RADIOGRAFAMOS O MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR (MAP)

A pandemia não tocou todos de igual forma!



Joaquim Escoval
1.º Secretário da Direção

Foi a partir desta premissa que a Direção Nacional da Confederação Portuguesa das Colectividades entendeu dever procurar conhecer como estavam as suas filiadas a enfrentar este período em que foram obrigadas a encerrar as suas atividades com as consequências nefastas que isso acarreta para sua sustentabilidade financeira.

Ao longo deste período todos fomos constatando a indicação por parte do Governo de medidas de apoio a diversos setores da vida nacional, mas nenhuma dessas medidas era dirigida especificamente ao Movimento Associativo. Da constatação desse “esquecimento” entendemos dar conta à Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social em carta que lhe enviámos a 2 de abril e da qual constavam medidas que, no entender da Confederação, podiam ajudar a mitigar as dificuldades que foram colocadas à sustentabilidade do Movimento Associativo.

Até ao final do mês de abril ainda não havíamos registado qualquer resposta da Sr.ª Ministra, nem sequer a acusação da recepção da carta da Confederação.

Consideramos agora o passo seguinte que devemos dar para fazer valer as opiniões e sugestões que em tempo oportuno fizemos ao Governo.

Os inquéritos que fizemos às filiadas da Confederação já mereceram a resposta de um número significativo das nossas filiadas tornando-se assim uma das formas de contacto concretas entre a Direção da Confederação e as suas filiadas que mais respostas obteve até agora.

Nesta altura, e sem prejuízo de uma leitura muito mais atenta, que certamente será efetuada, algumas conclusões se podem extrair desde já:

Há várias respostas de associações com anos de quotas em atraso; quase todas as associações encerraram as suas atividades entre os 13 a 18 de março; quase todas pretendem reiniciar com as mesmas modalidades que tinham antes de encerrar; os órgãos sociais mantiveram-se em contato por diversas vias sendo de salientar o recurso às plataformas e redes sociais diversas; os prejuízos acumulados são muito diferentes entre si; poucas receberam algum tipo de apoio especial mas também poucas foram as que o solicitaram quer ao governo quer às entidades autarcas do concelho ou da freguesia onde estão inseridas; todas tomam conhecimento das notas associativas da Confederação, mas nem todas fazem a sua divulgação, nenhuma tem opinião negativa sobre o papel da Confederação sendo que o considera muito relevante e útil.

Os dados até agora obtidos, e que bom seria se mais tivessem respondido ao inquérito, vão permitir que apresentemos as nossas propostas nos diversos fóruns com muito maior e mais real conhecimento de causa possibilitando assim ao menos potencialmente, a obtenção dos apoios que o movimento associativo merece e precisa nesta fase difícil da vida associativa e não só.

COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO PERDEM 395 MILHÕES DE EUROS

E PRECISAM DE 123 MILHÕES DE EUROS PARA RETOMAR ACTIVIDADES

Mais de **120.000** actividades suspensas ou anuladas.

Adiadas mais de **30.000** Assembleias gerais e Assembleias eleitorais.

Cerca de **3 milhões** de participantes sem actividades como Feiras, Festas, Romarias, Procissões, Concertos, Espectáculos, Saraus, Torneios, Aniversários, Exposições, Bailes, Excursões, Obras, Mostras, etc.

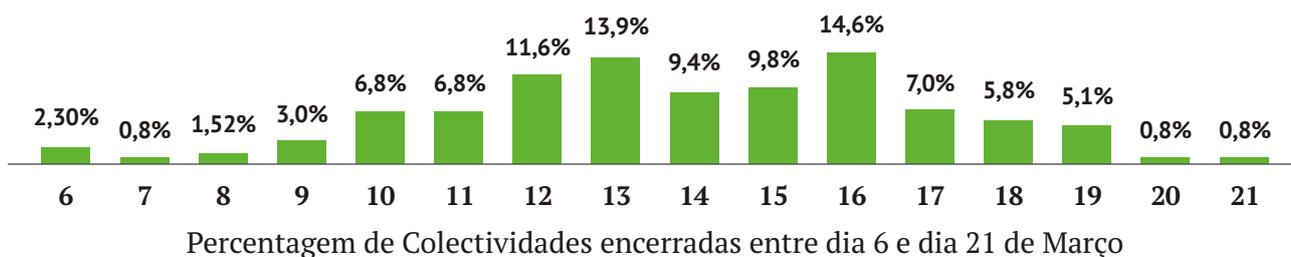
O MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR E A COVID-19 A ESTATÍSTICA APLICADA AO ASSOCIATIVISMO FILIADO (PARTE 1)

As filiadas na CPCCRD – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto deram e continuam a dar o exemplo cívico de prudência, coragem e confiança, próprios do associativismo.

Os dados que são apresentados em gráfico, ajudam a compreender a grandeza e genialidade do Associativismo Popular. Estes dados serão desenvolvidos em próximo número do Elo Associativo.

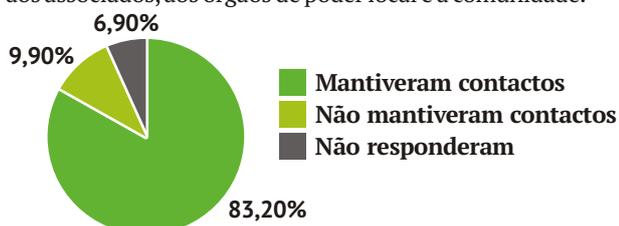
No dia 18 de março de 2020 foi decretado o estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março.

Mais de 93% das Filiadas encerraram antes da declaração do Estado de Emergência



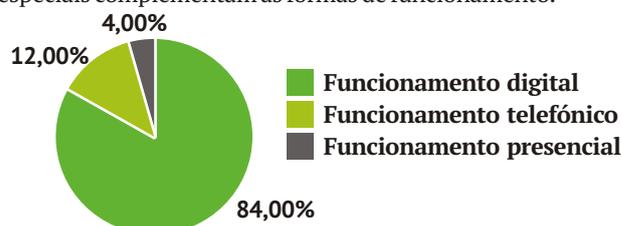
Mais de 83% das Filiadas mantiveram o funcionamento das Direcções

Apesar de encerrarem as instalações e suspenderem ou anularem todas as actividades, a grande maioria das Filiadas mantiveram o funcionamento dos órgãos sociais, caso concreto das Direcções. Assim, garantiram a ligação e apoios aos associados, aos órgãos de poder local e à comunidade.



Mais de 96% dos Dirigentes usam as novas tecnologias

Grande parte do funcionamento foi garantido através das redes e plataformas digitais que mostra que os Dirigentes Associativos têm competências informáticas. O uso de telefone fixo ou móvel e os contactos pessoais presenciais com cuidados especiais complementam as formas de funcionamento.



NO PRÓXIMO NÚMERO DO ELO ASSOCIATIVO SERÃO APRESENTADOS MAIS DADOS DO INQUÉRITO.

Teletrabalho

**CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL
DAS ORGANIZAÇÕES
DA ECONOMIA SOCIAL
MEMBROS DO CNES 2018/2020**



Cofinanciado por:



Anabela Lança
Gestora de Projeto, Dra.

Ainda o Estado de Emergência não tinha sido decretado, já a Equipa da CONFEDERAÇÃO DAS COLECTIVIDADES, responsável pela implementação do PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, dava sinais claros de ação, para garantir a continuidade da execução física do mesmo.

Estava previsto concretizar as 8 atividades do PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, sobretudo, através de encontros presenciais dos/as participantes, nomeadamente: funcionamento dos gabinetes, campanhas de divulgação e informação, sessões de apresentação, acompanhamento e avaliação do projeto, seminários e reuniões (realizados de norte a sul do país e, por vezes, até no estrangeiro) e formações.

Num muito curto espaço de tempo, foi preciso “redefinir a normalidade”, os gabinetes passaram a funcionar por acesso remoto (já se encontravam em rede, o que foi um factor determinante e facilitador para efetivar esta mudança); Comissões Permanentes, Direção Nacional, Conselho Fiscal e Mesa do Congresso passaram a reunir online; o CURSO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM GESTÃO E DINAMIZAÇÃO ASSOCIATIVA (subatividade iniciada em outubro de 2019 e que irá terminar em julho de 2020, que quinzenalmente leva mais 30 dirigentes, de vários pontos do país, à univervidade), passou integralmente para a modalidade E-learning; a formação profissional dos/as trabalhadores/as foi continuada, também, à distância.

Sabemos que nem toda as atividades são passíveis de serem realizadas à distância ou que perdem muito do seu impacto, sabemos a importância sublime da presença, da satisfação com que se prepara a receção dos/as participantes de um dado evento... Mas enquanto isso não for possível, vamos continuar a manter o contacto e a concretizar este projeto tão significativo para o MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR.

Para isso contamos com a sua participação, atreva-se a participar nos vários eventos online. Não tem computador? Não faz mal, provavelmente, com o seu telemóvel vai conseguir aceder na mesma e participar, VAI CONSEGUIR ESTAR PRESENTE. E se for preciso pedir ajuda para saber como se faz, conte connosco, ligue-nos. JÁ SABE QUE A CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES ESTÁ SEMPRE AQUI PARA SI E PARA TODOS/AS!

GABINETE CENTRO

O GPA CENTRO ABRANGE OS DISTRITOS DE VISEU, GUARDA, COIMBRA E CASTELO BRANCO A Comissão Permanente do GPA Centro voltou a reunir no passado dia 23 de abril.

A reunião decorreu por via digital devido aos condicionalismos que atualmente se impõem.

Foi possível nesta reunião contar já com a presença de dois representantes da Associação das Colectividades do Concelho da Figueira da Foz que vieram enriquecer a Comissão Permanente com as suas experiências e empenho associativo. Igualmente participante de novo nesta reunião mais um representante do distrito de Viseu. A Comissão Permanente do GPA Centro está assim composta por representantes de todas as estruturas e distritos da região centro do país.

Foi apresentado e aprovado o plano de atividades do GPA Centro que fundamentalmente prevê uma ação de sensibilização por cada distrito e uma reunião para discussão da estrutura associativa também por cada distrito. O plano aprovado tem como característica especial não se limitar a estar desenhado até final do corrente ano mas sim até ao final da II fase do projeto PO ISE admitindo que esta possa terminar pouco depois do que estava previsto antes da pandemia ter provocado a suspensão das atividades associativas e o encerramento dos edifícios associativos.

Os presentes na reunião do GPA Centro, também, discutiram a aplicação de uma campanha de novas filiadas já que foi possível constatar um vasto campo de trabalho nesta matéria, uma vez que são ainda muitas associações que não estão filiadas na Confederação, logo que não tem



Joaquim Escoval
Gabinete Polo de Atendimento
Centro

aconselhamento jurídico ou contabilístico, nem acesso a informação e a outros direitos de que beneficiam as associações filiadas.

Foi ainda possível abordar o tema de formação para dirigentes tendo sido privilegiada a formação na região, se possível por formadores da região tendo para isso sido iniciados contactos com a Universidade da Beira Interior que se procuram intensificar na esperança de conseguir uma maior e melhor cooperação

entre o mundo académico e o movimento associativo.

A possibilidade de chegar a mais dirigentes associativos com as ofertas formativas da Confederação através das plataformas digitais, também, não foi esquecida e foi adquirida a licença de uma dessas plataformas para facilitar a transmissão de ações de sensibilização diretamente até à casa de cada dirigente que esteja interessado em assistir às mesmas.

O esforço de organização do GPA Centro prossegue e tenta-se intensamente conhecer melhor a realidade associativa da região, nomeadamente identificando as associações que são filiadas e as que podem vir a ser. Foi pedida a ajuda aos municípios da região para o fornecimento dos dados das associações residentes na sua área geográfica e podemos dizer que cerca de 20 destes municípios já acederam às solicitações do GPA Centro, esperamos que os restantes facultem estes contactos brevemente.

A próxima reunião do GPA Centro está marcada para 29 de maio, também, por via digital.



GABINETE ESTREMADURA

30 DE ABRIL DE 2020

Com a presença de 16 membros efetivos e uma convidada, reuniu a Comissão Permanente do GPA da Estremadura, em sistema digital da Plataforma ZOOM, o que constituiu uma forte experiência de capacitação para todos.

A OT foi a seguinte:

1. Capacitação N° POISE 288

- 1.1 - Informação geral sobre a atividade da Confederação no período de 13/3 a 29/4, reuniões dos Órgãos dirigentes via digital na Plataforma Zoom;
- 1.2 - Ações anuladas e a necessitarem de serem reprogramadas;
- 1.3 - Informação sobre o reinício dos Estudos Avançados em 18 de abril passado;
- 1.4 - Novas propostas, novas ideias para as diversas zonas territoriais do Gabinete;
- 1.5 - Encerramento da Fase II (novembro 2020) e passagem à Fase III;
- 1.6 - Memória Descritiva do Projeto - Fase III.
 - **Debate**

2. A Mulher no Associativismo na actual conjuntura COVID-19 (Projeção em Power



Veladimiro Matos
Gabinete Polo de Atendimento
Estremadura

Point 3 a 4 quadros) – Clementina Henriques.

3. Agenda e Vários

- 3.1 - Ponto situação Campanha de Novas Filiadas no Distrito de Santarém;
- 3.2 - Campanha Geral para Novas Filiadas;
- 3.3 - Elo Associativo Especial II Covid.19;
- 3.4 - Outros assuntos.

Reunião secretariada e tecnicamente apoiada pela Helena Galhoz, foi amplamente participada por todos os presentes, com debate bem vivo, do primeiro ao último ponto da OT, com forte relevo para as questões relacionadas com os reflexos da COVID-19, no Movimento Associativo, com todos os constrangimentos de natureza social e económica para as Coletividades, que continuam a ser ignorados pelo Governo.

Nesta reunião todos os participantes tiveram ocasião de assistirem à projeção do mini Power Point sobre a “Mulher no Associativismo na actual conjuntura COVID-19,” que se traduziu numa nova experiência da reunião em ZOOM.

Por volta das 20:30h foi dada por concluída a reunião do GPA da Estremadura.



E eis que o impensável aconteceu...

Em apenas poucos meses, tudo aquilo que assumíamos como garantido, tudo aquilo que dávamos como certo, tudo aquilo que a nossa existência e subsistência diária nos assegurava há décadas, tudo isso foi colocado em causa por algo que não vemos.

Desde tenra idade que nos ensinam que Fé é “crer em algo que não vemos, mas que acreditamos existir”. A situação actual ultrapassa largamente as questões de Fé; outrossim, um ser microscópico veio-nos “pôr em sentido”, relembrar da nossa insignificância e relembrar o quão fugazes e transientes somos na Terra.

Desengane-se o leitor, ao ler este início de texto, que vou entrar pelos campos da Religião, da Sociologia, da Filosofia ou da Antropologia. Nada disso! Num Mundo que vive no imediatismo das redes sociais e da voracidade das estações televisivas que têm de “alimentar” audiências 24 horas por dia; num Mundo que vive nas armadilhas de poderosos “sound bytes” e “click baits” por todo o espaço cibernauta, nunca me atrevera a ir por esse caminho. Uma análise entre a dicotomia do Universalismo versus Individualismo, e entre a guerra da Globalização (que aliás, este Mal nos veio comprovar que existe, que é real), com Governos (ditos) Nacionalistas e Patrióticos, é meritória e pertinente. Contudo, essa carece de um outro intérprete e de alguém mais sábio nessas matérias que não este que vos escreve.

Hoje, tentarei elaborar convosco alguns pensamentos sobre a crise cultural que esta Pandemia mundial veio trazer. E vou, com mais cuidado, debruçar-me sobre os Agentes Culturais da Cultura Tradicional Popular Portuguesa, em especial os Agrupamentos de Folclore. Penso que todos concordaremos que os tempos que vivemos são conturbados e extraordinários. Nunca na Vida de cada um passámos por uma situação semelhante à que estamos a viver. As empresas tiveram de parar produção e enviar funcionários para casa; as pequenas



José Artur Brito
Dirigente do Grupo de Folclore
das Terras da Nóbrega –
Carnaxide, Oeiras

lojas encerraram e, talvez, tenham sido mesmo algumas delas condenadas ao encerramento total e definitivo; as Escolas fecharam enviando os nossos filhos e netos para casa com ensino à distância; o grande comércio restringiu grandemente o acesso e circulação; também o acesso e a circulação pública foram fortemente restringidos; as consultas médicas, que não as estritamente urgentes, foram adiadas; cirurgias e tratamentos oncológicos foram suspensos; eventos culturais foram cancelados em todo o País. Enfim, uma lista interminável de alterações ao nosso

quotidiano que há uns meses atrás nenhum de nós no seu bom juízo anteciparia ou adivinharia.

Contudo, tempos extraordinários requerem medidas extraordinárias.

O Governo da República criou linhas de crédito para pequenas e médias empresas no valor de muitos milhões de euros; os serviços de saúde foram (dentro dos condicionalismos que sabemos que a nossa Fazenda Pública e o Serviço Nacional de Saúde têm) reforçados; novos equipamentos e pessoal foram contratados para esses serviços de saúde; a Escola “reinventou-se” e foram criadas valências de ensino online e (pasmem-se!), reactivou-se o modelo de Telescola do Estado Novo; a Europa está em discussão para a criação de mecanismos comuns de estímulo à Economia e ao Emprego.

Enfim, estamos mal, mas vamos ficar todos bem! Tudo foi pensado para o pós-crise! Tudo recuperará a seu tempo e voltaremos a ser como eramos dantes!

Em primeiro lugar, quem acreditar no parágrafo anterior é ingénuo ou maluco (que não me leve a mal o leitor!).

Em segundo lugar, e a Cultura Meus Amigos???? O que é que se anunciou para a Cultura, e em especial para a Cultura Tradicional Popular Portuguesa???

Infelizmente, do Ministério da Cultura (e não me interessa absolutamente nada a cor partidária deste Governo e deste Ministério, pois se fosse outra/outro era

exactamente igual), o que temos visto são medidas avulsas para diversos sectores que não o da Cultura Tradicional Popular, de uma Ministra ausente e sem sensibilidade para esta temática. Vejamos alguns títulos da nossa Comunicação Social (vou-me cingir aos mais conceituados deixando pasquins e quejandos fora desta listagem):

- “Ministério da Cultura anuncia medidas de apoio a artistas e profissionais do sector” (in Público);
- “Ministério da Cultura avança com medidas excepcionais” (in Expresso);
- “Ministério da Cultura está a ultimar medidas de emergência para áreas dos livros e comunicação social” (in Observador);
- “Ministério estuda medidas de apoio para minorar a “crise devastadora” na Cultura” (in Visão).

Senhores Leitores, estas notícias estão livremente acessíveis em qualquer motor de busca. Peço ajuda ao Senhor Leitor para que me permita encontrar nas medidas anunciadas, onde a Cultura Tradicional Popular Portuguesa está contemplada.

A Senhora Ministra diz que “está a ultimar medidas de emergência para áreas dos livros e comunicação social” e que “espera (que) as medidas de emergência relativas à literatura sejam finalizadas ainda esta semana, (...); os apoios relacionados com a comunicação social vão ser anunciados muito em breve”. Esta é a mesma Ministra que promoveu, e depois viu-se forçada a cancelar, o TV Fest por um milhão de euros. Milhão de euros esse que foi depois “desviado” para o Fundo de Fomento Cultural para apoiar a “criação artística nas artes performativas, nas artes visuais e nos cruzamentos disciplinares de todas as entidades que não recebem qualquer apoio financeiro”. Esta é a mesma Senhora Ministra que, com dinheiro do erário público, comprou (ou vai comprar), 15 milhões de euros de publicidade institucional nos media.

Cultura Tradicional Popular Portuguesa? Folclore? Etnografia? Demopsicologia? Nem uma palavra... Olha que c@*\$£#o!?!? Numa altura em que todos os Grupos de Folclore se viram forçados a cancelar Festivais, Romarias, Feiras, Mercados Tradicionais, qual a palavra de alento para com estes Agentes Culturais? Qual a palavra de reconhecimento e encorajamento para um sector da Cultura Nacional que movimenta quase 2.000 Grupos de Folclore, cerca de 100.000 pessoas e perto de 50 milhões de euros por ano?

Poderão argumentar...

Que não havendo Festivais, Feiras e demais eventos, os Grupos de Folclore também não têm despesas. Bem, só

mesmo quem não está no movimento folclórico, quem não faz ideias de como se organiza e prepara uma época de actuações, é que pode fazer uma argumentação assim. É claro que não espero esta argumentação do Senhor Leitor, mas acredito que alguém mais ignorante, ou por simples argúcia argumentativa, possa utilizar tais argumentos. As épocas de actuações de um Grupo de Folclore por vezes são tratadas com dois a três anos de antecedência! E se o Grupo for organizador de um Festival de Folclore (ou Mostra, ou Gala, ou Certame, o nome não é importante à discussão), esses dois, três anos, podem ser facilmente quatro ou cinco anos de antecedência de preparação e organização. E depois temos os trajas e o calçado que todos os anos precisam de intervenção. E os instrumentos musicais. E os espaços ou núcleos museológicos que alguns, poucos! também têm. E por vezes despesas de transportes ou de logística de eventos que por vezes ficam por pagar de um ano para o outro à espera de mais algumas Festas ou Romarias que se possam ir buscar mais alguns “cobres”. Perdoem-me o tom crispado com que escrevo, mas custa-me verificar que a Cultura Tradicional Popular Portuguesa continua vetada ao abandono, ao desleixo, resignada a uma insignificância pelas Instituições que mais a deviam apoiar! E daí ter escrito acima que não me interessa absolutamente nada a côr partidária deste Governo e deste Ministério, pois se fosse qualquer outro era exactamente igual. E isto é factual, não é meramente opinativo!

Tenho dito em diversas tertúlias e fóruns que tenho participado online, que os Agentes Culturais, e em especial os Grupos de Folclore, vão desempenhar um papel fundamental na recuperação anímica e psicológica de Portugal no pós-COVID.19 (e não é ingénua nem inadvertida a utilização desta palavra COVID.19 – apenas no final do texto!). Sabemos que o Poder Local está atento aos Agentes Culturais locais e que será com as Autarquias que os Grupos de Folclore melhor trabalharão para programar, produzir e concretizar eventos culturais de qualidade. Contudo, seria bom que tivéssemos um Poder Central atento, dedicado e comprometido com a Cultura Tradicional Popular Portuguesa. E isso, há décadas que não temos. Como o texto já vai longo, a análise a como poderemos ter esse Poder Central atento, dedicado e comprometido com a Cultura Tradicional Popular Portuguesa, a quais os interlocutores privilegiados para essa conversa e, sobre qual o papel que os Grupos de Folclore, como um todo mas também individualmente, devem desempenhar nessa mudança, ficará para outra altura. Desejo a Todos muita e boa saúde!

ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO

A Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego, IPSS sem fins lucrativos, presta apoio à comunidade idosa do Concelho da Marinha Grande, através das valências sociais, de Centro de Dia, Centro de Convívio e Serviço de Apoio Domiciliário.

Para a Associação, as pessoas estão e estarão sempre em primeiro lugar. Assim, os utentes serão sempre a nossa prioridade e o nosso foco. Garantimos o bem-estar, o conforto e a qualidade de vida dos utentes, através de serviços de excelência e de cuidados especializados.

Face à grave situação que se vive em Portugal e em todo o mundo, e seguindo as orientações dadas pela Direção Geral de Saúde (DGS), fomos obrigados a reorganizar os nossos serviços de apoio à população idosa nas valências de Centro de Dia (CD), Centro de Convívio (CC) e Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD), no sentido de resguardar os nossos utentes, os seus familiares, bem como as funcionárias da Associação, cumprindo assim o nosso papel, no combate à pandemia de COVID-19 e assim minimizar os riscos e assegurar o normal funcionamento dos nossos serviços.

Por esse motivo, procedemos à deslocação do serviço da valência de CD e de CC, para a residência dos utentes, continuando a assegurar o serviço de acompanhamento aos idosos destas valências, através do apoio domiciliário.

Continuamos a assegurar, todos os serviços subcontratados, nomeadamente: fornecimento da alimentação; cuidados de higiene e conforto pessoal; recolha e tratamento de roupa de uso pessoal do utente; apoio na medicação; limpeza habitacional; apoio psicossocial, de modo a satisfazer as necessidades identificadas dos utentes, sem interrupção, sem prejuízo de orientações específicas em contrário e exclusivas das autoridades de saúde locais.

De forma a proteger os utentes, as colaboradoras e as suas famílias, a Direção da Associação, decidiu dividir a equipa em 2 grupos de trabalho.

Um grupo, continua a executar as suas tarefas diárias, prestando os serviços aos nossos utentes, e outro grupo, encontra-se em casa, em isolamento social, para o bem de todos!

Ao fim de 15 dias, o grupo que se encontrava em casa, retornará ao serviço e o outro irá para casa, e assim sucessivamente, até que esta pandemia se encontre sob controlo.



A serenidade de todos é fundamental, pelo que a Direção da Associação de Casal Galego, agradece todo o esforço e dedicação, por parte das suas colaboradoras no cumprimento da sua missão.

A cooperação e solidariedade exige colaboração e confiança, que cada um continuará a sua missão na prestação de serviços essenciais à população.

Foram-nos doados, Equipamentos de Proteção Individual (EPIS), bem como álcool gel, por parte de diversas empresas do distrito de Leiria, Câmara Municipal da Marinha Grande, Junta de Freguesia da Marinha Grande, Proteção Civil

Municipal, Grupo Marinha Ajuda, SIC Esperança, etc..

A cooperação e solidariedade destas entidades, faz com que seja possível, continuarmos a nossa missão na prestação de serviços essenciais à população, com mais segurança, tanto para as nossas colaboradoras como para os nossos utentes!

Percebendo que, o sucesso das medidas de contenção para fazer frente ao ritmo da propagação do vírus dependiam, em grande medida, da responsabilidade individual e coletiva, a Associação, decidiu ainda adiar todas as festividades relacionadas com o 79º Aniversário, a Assembleia-Geral, para aprovação de contas, ambos os eventos a realizar durante o mês de Março e os Tradicionais Festejos Anuais com data prevista para o último fim-de-semana de Maio.

Todos juntos iremos, com certeza, ultrapassar todas as adversidades provocadas por esta situação.

A Presidente da Direção
Liliana Prior

SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO "OS PIMPÕES"

Caldas da Rainha (distrito de Leiria), apostou em aulas 'online'

De portas fechadas desde a declaração do estado de emergência, em 18 de março, a Sociedade de Instrução e Recreio "Os Pimpões", nas Caldas da Rainha (distrito de Leiria), apostou em aulas 'online' para manter ativos os seus associados e alternativas para evitar despedimentos.



"Tivemos uma adesão muito significativa, com pessoas a pagarem os 100%, outras a pagarem 50% e algumas, também, a preferirem não pagar nada". Os Pimpões movimentam mais de 2.000 pessoas a praticar atividades e cerca de duas centenas de atletas em competição.

Os dois programas "Pimpões ativo" (com aulas de Zumba, Pilatos, Treino Funcional, Fit 30, Hiit, Ginástica Sénior, Minibásquete e Hip-Hop) e "Multi em Casa" (atividades de tempos livres de Páscoa) foram disponibilizados gratuitamente. Mas, num comunicado aos sócios, a coletividade apelou a que aqueles que quisessem mantivessem "o pagamento de pelos menos 50% do valor das mensalidades", para ajudar a suportar as despesas com os colaboradores em teletrabalho.

A verba "é uma ajuda para manter as atividades 'online", mas fica aquém das despesas fixas que, além da água e da eletricidade, englobam a manutenção da piscina e das despesas com os ordenados dos 18 trabalhadores (alguns em 'lay-off'), orçadas em mais de 15 mil euros líquidos mensais.

Susana Chust
Presidente da SIRP

GRUPO INSTRUÇÃO E SPORT

Responde à chamada social

Juntos, criamos pontes, abraçamos causas e somos mais fortes!



Apesar do distanciamento social a que estamos obrigados, o GIS (Grupo Instrução e Sport) da Figueira da Foz, continua na sua missão social a ajudar quem mais precisa. Este é o momento de fazermos a diferença, estendendo mãos solidárias.

Elegemos os Profissionais de Saúde do Hospital da Figueira da Foz.

Temos cerca de 20 mulheres de mão cheia e coração enorme (algumas com idade superior a 75 anos) a cortar e a costurar batas e botas para estes profissionais, material de protecção imprescindível no combate desta pandemia.

Para além desta tarefa, que aconteceu numa primeira fase, iniciámos no dia 20 do mês de Abril, a confecção de sopas e sobremesas, para fornecer a cerca de 50 profissionais afectos aos serviços na linha COVID, com o apoio de



donativos de diversas empresas e pessoas a título individual.

Notícia publicada na página do Ministério do Mar: "O Ministro do Mar participou no dia 24 de Abril na entrega de refeições aos profissionais de saúde do Hospital Distrital da Figueira da Foz, uma iniciativa solidária promovida em conjunto pela DOCAPESCA – Portos e Lotas, Centro Litoral – OP e a coletividade Grupo Instrução e Sport, no contexto da Covid-19. A empresa pública tutelada pelo Ministério do Mar está a oferecer peixe fresco para a confeção duma refeição semanal - uma sopa de peixe cozinhada por voluntários no G.I.S. - aos profissionais de saúde do hospital."

Haja boa vontade e espírito solidário e de entrega, que mãos não faltam.

SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO MESSINENSE

A única certeza é a incerteza

Vivemos hoje um período de incerteza e receio que nenhum de nós antecipou. Igualmente no mundo das coletividades, associações e clubes.

A “minha” coletividade, a Sociedade de Instrução e Recreio Messinense, em São Bartolomeu de Messines, no barrocal algarvio, encontra-se encerrada há sete semanas. A principal fonte da nossa receita, proveniente do bar que se encontra concessionado, está seriamente ameaçada. Com a impossibilidade de fazermos as habituais ações lúdicas, como as matinés ao domingo à tarde, ou as festas e espetáculos e as atividades culturais e desportivas que a coletividade promove e somando tudo isto à restrição do número de pessoas no próprio bar, afigura-se missão impossível obter rendimentos suficientes para pagar a renda, salários e as despesas inerentes.

A questão agora é – o que fazer?

Possivelmente, recorrendo ao apoio financeiro prestado anualmente pela Câmara Municipal e ao nosso fundo de reserva, conseguiremos pagar a renda e as despesas e sobrevivermos nos meses mais próximos. Mas sem nenhuma atividade, ou com as mesmas fortemente



Paula Bravo
Presidente da Direção da Sociedade de Instrução e Recreio Messinense

restringidas, que caminhos se abrem para a nossa ação?

Estas serão certamente preocupações que afligem neste momento muitas coletividades e por isso as partilho. As dificuldades do movimento associativo tornaram-se inesperadamente mais complexas. Para muitos está em causa a própria sobrevivência da sua coletividade, associação ou clube. Para outros o dilema passa por encontrar soluções que permitam manter e gerir uma coletividade sem nenhuma ou quase nenhuma atividade e com os órgãos

sociais constringidos na sua missão. Acresce ainda um outro problema: como manter os sócios (e os restantes utilizadores) ligados à sua coletividade e ao espaço que habitualmente frequentam, se o mesmo tiver de permanecer fechado durante meses ou tiver para oferecer apenas uma sala com metade das mesas habituais, ou uma chávena de café que tem de ser bebido de pé? Ou seja, condições nada favoráveis àquilo que todos procuram: o convívio, a quebra do isolamento e da solidão.

Questões que muito preocupam e para as quais não encontro respostas. De momento, a única certeza é mesmo a incerteza.

SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E BENEFICÊNCIA

"VOZ DO OPERÁRIO"

Estamos suspensos, só boa vontade é insuficiente!



Sociedade de Instrução e Beneficência "Voz do Operário", em Lisboa, fechou as portas e suspendeu todas as atividades e fontes de receita, olhando com "muita preocupação" o futuro de quem tem de garantir "260 mil euros de ordenados a cerca de 250 trabalhadores, entre administrativos, técnicos e professores", afirmou o diretor-geral da instituição, Vitor Agostinho.

"Assegurámos os ordenados em março e abril, mas sem as atividades, o fornecimento de refeições, espetáculos e cedências de espaços não vamos conseguir manter as despesas com sete edifícios e pessoal", acrescentou, admitindo que a coletividade "irá deparar-se com problemas graves se não houver apoios do Governo ao setor".

in Lusa

CENTRO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO LANDAL

· CONCELHO DAS CALDAS DA RAINHA ·

(2ª PARTE DO DEPOIMENTO)

Como mentora e peça crucial do Movimento Associativo em Portugal, a CPCCRD não pode deixar de dizer “presente” neste momento de enormes desafios pessoais e coletivos, que se estendem a nível nacional, europeu e mundial, nas mais diversas áreas de atuação da nossa sociedade.

Estamos perante um cenário de guerra não declarada, contra um inimigo invisível, que atua de forma aleatória e evasiva, na vida de todos nós. Exigindo nesta luta comum, um papel fulcral, a cada um, e de todos.

Neste contexto, em que se torna essencial o distanciamento social, é quando também, é mais fundamental a aproximação de estruturas competentes e a sua colaboração, nos mais diferentes domínios, junto das populações. É onde a atividade desenvolvida pelas Associações é essencial e se deverá destacar.

O impacto desta Pandemia, no dia-a-dia das Famílias, Empresas e Instituições, coloca-nos a todos, à prova. E nestas situações, devemos estar à altura do desafio.

É neste ponto, que considero fundamental o reconhecimento e valorização dos movimentos associativos, bem como, o desempenho de um papel perentório e de cooperação por parte da CPCCRD junto das Associações e respetivos dirigentes, por modo a direcionar o trabalho a desenvolver no âmbito das suas atividades, para a prossecução dos atuais objetivos comuns: o combate e luta à propagação da Covid-19 e, a manutenção e garantia do apoio contínuo às populações.

Sabemos, da atual dificuldade com que o movimento associativo hoje se depara, no que concerne a questões de natureza política e económica. E os obstáculos que se colocam, quanto ao modo de se moldar a uma sociedade cada vez mais mutável e em constante modernização. Verificando-se um fosso cada vez mais acentuado entre as ofertas/ atividades associativas e a procura/ exigências das novas gerações.

José Manuel da Paz
Presidente da Direção do Centro
Desenvolvimento Comunitário do Landal
– Concelho das Caldas da Rainha –

Colocamos-lhe a seguinte questão:
**Qual o papel que considera
que a CPCCRD - Confederação
das Coletividades de Cultura,
Recreio e Desporto, está ou
deverá desempenhar no atual
contexto?**



No entanto, é numa altura como esta, em que se pede, um olhar mais solidário e uma atuação mais coletiva e abrangente, que as Associações, devem agir e estar na linha da frente. Demonstrarem a sua presença, capacidade de adaptação e, a importância de toda a sua ação social, junto das comunidades.

Contamos com o apoio e entrega de todos, e de cada um. Das pessoas que integram e fazem parte dos movimentos associativos e com, a cooperação e papel da CPCCRD no que concerne à criação de recursos, implementação de iniciativas e medidas de apoio, junto das mais diversas entidades, para a formação e informação através dos meios de comunicação disponíveis. No sentido de melhor preparar e sensibilizar as Associações e Organizações do 3.º Sector, para o combate à Covid-19 no decorrer do desempenho das atividades que estas desenvolvem nas suas populações, em paralelo com a atual pandemia.

Num período delicado da nossa existência, é imprescindível o trabalho associativo, sendo essencial a sua manutenção e apoio, para o cumprimento dos requisitos que um momento como este exige.

A história indica-nos, o importante papel desenvolvido pelos movimentos associativos ao longo dos tempos, no apoio às populações e no desenvolvimento das mais diversas atividades culturais.

Este é um desafio diferente e com outras exigências, mas mantenhamos firme a nossa vontade e força de atuação. Que este seja, mais um importante capítulo na história da CPCCRD e demais Associações, do qual nos possamos vir futuramente a orgulhar, do trabalho que desenvolvemos e do empenho que demonstrámos nesta batalha.

Forte Abraço Fraternal

:: A PALAVRA AOS CONSELHEIROS NACIONAIS

Elo Associativo dedica esta página aos Conselheiros Nacionais, para que se identifiquem com as associações que representam e possam dar opinião sobre a importância da Confederação Portuguesa das Colectividades no Movimento Associativo Popular.



Responde a **Conselheira Nacional Cristina de Jesus e Sousa**
Sport Lisboa e Marinha

PERGUNTA

RESPOSTA

1 Qual a associação porque foi eleita? Onde se situa?

Fui eleita pelo Sport Lisboa e Marinha (SLM), situada no concelho da Marinha Grande, distrito de Leiria.

2 Quantos sócios tem e quais as principais atividades?

O SLM, tem cerca de 400 sócios e a principal modalidade é o futebol, desde as camadas jovens aos seniores.

3 Como vê nos próximos tempos a evolução da Associação pós COVID-19?

A Associação atravessa sérias dificuldades económicas e principalmente uma carência muito grande de dirigentes associativos. Atualmente, é muito difícil encontrar pessoas com disponibilidade para se dedicar às atividades do clube. As pessoas estão preocupadas com o seu dia-a-dia e nem no tempo em que os seus filhos estão no clube, lá ficam a ajudar nas atividades. Vê-se de dia para dia, as pessoas mais indisponíveis para as práticas associativas.

4 Qual a disponibilidade para desempenhar o cargo de Conselheira Nacional?

Aceitei o convite para ser conselheira nacional e dentro do possível estarei presente quando for chamada. Faço parte do Sport Lisboa e Marinha e também sou presidente de direção da associação mais antiga do concelho da Marinha Grande, que tem cerca de trezentos atletas a praticar andebol, tem um rancho folclórico, entre outras atividades inerentes à associação. Para além de ser dirigente associativa, sou mulher, mãe e profissional, por isso, tenho de dividir o tempo entre as diversas atividades, mas com boa vontade e gosto pelo associativismo, tudo de faz!

5 Como vê a importância da CPCCRD no Movimento Associativo Popular pós COVID-19?

Eu estou muito grata à CPCCRD por todo o conhecimento que tenho adquirido ao longo dos últimos dez anos em que tenho participado em Congressos, Conselhos Nacionais, eventos, formações para dirigentes associativos, livros que são editados que nos enriquecem de conhecimento e nos capacitam para melhor desempenharmos a nossa função de dirigentes associativos.

A CPCCRD, tem vindo a dotar os dirigentes associativos de conhecimento para que desempenhem melhor o seu papel nas Associações, perante as autarquias, etc..., mas também tem tido um papel muito importante para o MAP a nível geral, na defesa dos direitos das Associações e na informação que lhes dão sobre os seus deveres para que não sofram consequências de maior, como coimas, etc..., nas propostas que faz ao governo sobre diretrizes em que tendem a prejudicar o MAP, pois são agrupadas como empresas, quando o seu papel na sociedade não é o mesmo, não esquecendo as parcerias diversas que têm feito com benefícios para todas as associadas, as quais enriquecem o MAP a nível geral.

Nesta conjuntura atual com todas as contingências a que o combate à COVID-19 nos sujeita, a CPCCRD tem tido um papel mais uma vez importante, ao defender perante o Poder Central as associações do país e, mais importante ainda, tem informado e alertado os dirigentes associativos para as providências a tomar, os cuidados a ter, as publicações diversas que têm saído com alterações nas leis às quais temos de estar atentos e dar seguimento em cada uma das associações. Mais uma vez, a CPCCRD está de mãos dadas com o MAP.



DR. LUÍS FIGUEIREDO QUEIJO
ADVOGADO

1.

P. A nossa colectividade tem um bar de apoio para sócios que tem uma porta que abre para a rua, atendendo ao que se encontra previsto nas Resoluções do Conselho de Ministros, nºs 33-A/2020 e 33-C/2020 de 30 de Abril podemos reabri-lo?

R. *O regime do Bar da vossa Associação enquadra-se nos estabelecimentos de restauração em geral, pelo que deve seguir e está sujeito aos condicionalismos de todos os estabelecimentos com este fim.*

Partimos do pressuposto, como resulta da forma como a questão nos é posta que é o próprio Bar que tem saída directa para a rua, pois como sabemos a maioria dos Bares encontram-se no interior das sedes, em espaços fechados e não têm acesso directo à rua, mas sim para outro ou outros espaços ainda no interior do edifício sede.

No caso de ser a porta do espaço Bar que dá directamente para a rua não há impedimento quanto à sua reabertura salvaguardados os demais requisitos constantes fundamentalmente, da Resolução do Conselho de Ministros nº 33-C/2020, quanto às datas de abertura, áreas, número de pessoas no seu interior e ainda quanto às medidas de higiene, desinfeção e segurança que vão sendo tornadas públicas à medida que nos vamos aproximando da data de abertura dos primeiros espaços que será em 18 de Maio próximo.

Contudo, chamamos a atenção que o restante espaço do edifício deverá manter-se encerrado.

2.

P. A nossa Colectividade tinha marcada para o dia 31 de Março de 2020 uma Assembleia Geral Ordinária para aprovação do Relatório e Contas de 2019 mas não a podemos realizar em virtude do confinamento entretanto decretado por causa do COVID 19, agora que não estamos em estado de emergência podemos remarcá-la?

R. *Não para já não o poderão fazer.*

Face à situação epidemiológica ocasionada pelo COVID 19 e para a todo o custo evitar a sua disseminação, foi publicado o Decreto nº 14-A/2020 de 13 de Março, que veio a ser ratificado pela Lei nº 1-A/2020 de 19 de Março, que dispõe que todas as reuniões exigidas para várias entidades públicas como sejam entre outras as autarquias locais, etc. e que por lei sejam obrigadas a apresentar contas, o podem fazer até 30 de Junho.

Muito embora a legislação não se refira directamente às Associações de direito privado sem fins lucrativos como a vossa, o adiamento ali previsto pode e deve ser também aqui aplicado.

Muito embora este adiamento segundo o referido diploma legal preveja 30 de Junho de 2020, nada impede que não possa ser prorrogado face aos condicionalismos que se ainda se mantém hoje e que não sabemos até quando perdurarão.

3.

P. Neste período de pandemia que o País atravessa é possível realizar e consequentemente ficar válida uma Assembleia Geral de Sócios via SKIPE ou por outro meio online não presencial?

R. *Não é possível a realização de uma Assembleia Geral válida nestas condições, pois isso só poderia ser possível havendo a certeza (que nunca haverá) de que todos os sócios tinham ao seu dispor os meios tecnológicos necessários para poderem participar, que fosse possível recolher a assinatura de cada um para efeitos de registo de presença, que pudesse haver a certeza e registo fiável do voto de cada um em cada um dos pontos em discussão e que a Convocatória para a Assembleia Geral tivesse sido recebida regularmente por cada um deles.*

A Assembleia Geral nestas condições nunca poderia ser considerada válida e caso viesse a acontecer poderia ser impugnada.

FÓRUNS SOBRE LEGISLAÇÃO (VIA ZOOM)

Com a Finalidade de esclarecer medidas sobre legislação anunciadas nesta fase da COVID, bem assim de outras questões, vão ser realizados via Zoom, quatro Fóruns.

Estes Fóruns serão feitos pelo nosso advogado Dr. Luís Figueiredo e coordenados pelos responsáveis de cada um dos Gabinetes. Terão a duração de 1 hora (17/18 horas) e distribuídos pelas seguintes datas:

- **12 Maio** (Gabinete Norte) • **19 Maio** (Gabinete Estremadura) • **21 Maio** (Gabinete Centro) • **26 Maio** (Gabinete Sul)

Cofinanciado por:



FEDERAÇÃO DAS COLETIVIDADES DO DISTRITO DE LISBOA



Caros Colegas e Amigos Dirigentes Associativos

A Federação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto do Distrito de Lisboa tem a sua actividade Cultural suspensa face aos acontecimentos que são do conhecimento de todos.

Os projectos que tínhamos agendados e que constam do nosso plano de atividades aprovado em A.G. de 13 de Dezembro de 2019 terão de ser reformulados.

Esperamos uma melhoria das condições para o 2º trimestre de 2020, mas pairam nuvens negras sobre a nossa sociedade tal como a conhecemos, mas os Dirigentes Associativos tem de ser motores da transformação que se coloca, resistindo e não desmoralizando pois o Movimento Associativo Popular conta connosco.

Neste sentido os eventos programados para o 1º semestre logo que nos seja possível informaremos das novas datas e correções devidas, mas continuamos a apostar na promoção da Cultura em parcerias com as Associações, Coletividades filiadas e não só.

Deixamos aqui um apelo à necessidade da Formação de Dirigentes pois cada vez mais há necessidade de responder aos novos desafios que se colocam.

Cuidem-se!

Votos de boa saúde.

Gustavo Stevens

ASSOCIAÇÃO DAS COLETIVIDADES DO CONCELHO SETÚBAL

NOTA INFORMATIVA DA DIREÇÃO – 04/2020

Medidas de Contingência da ACCSet para o COVID-19

Tendo em conta o plano de contingência da ACCSet para o COVID-19, bem como as recomendações do Município de Setúbal, da Direção Geral da Saúde e do Governo Português, a Direção da ACCSet determina o seguinte:

1. A prolongação da suspensão de todas as suas Atividades, nomeadamente as Ações de Sensibilização e Formação de Dirigentes Associativos que estavam planeadas no âmbito das Comemorações Descentralizadas do Dia Nacional das Coletividades para o próximo mês de Maio;
2. A prolongação da suspensão de todas as suas representações, e reuniões de trabalho;
3. A Direção da ACCSet, encontra-se disponível para qualquer esclarecimento através de correio electrónico e continua a divulgar as Notas Associativas da CPCCRD e demais documentos que nos são fornecidos sobre o atual problema que todos atravessamos COVID-19.

Estas medidas de contingência da ACCSet, entram em vigor a partir do dia 06 de Abril de 2020 até ao final do Mês de Maio 2020 e foram deliberadas pela Direção desta Associação.

A Direção



PORTUGUESES NO MUNDO | ESPAÇO DE OPINIÃO

Espaço de OPINIÃO onde é dada a palavra à Diáspora portuguesa das diversas comunidades no estrangeiro, com as quais o departamento Internacional da CPCCRD mantém relações.

Como um vírus comum provocou, após mutação, a primeira pandemia do século XXI e mudou a face do mundo.

O que é exigido, neste momento, tão sombrio da humanidade é uma nova era de responsabilidade, o mundo somos nós. É socialmente irresponsável – uma negligência aberrante – dizer e pensar “isso não vai me afetar”, “eu não vou mudar a minha vida por causa disso” ou “não faço parte de grupos de alto risco, então estou na maior”. Neste momento único na história do planeta, precisamos estar inclinados para mudar radicalmente o nosso modo de vida – e talvez até a forma como pensamos sobre a sociedade em que vivemos. E a razão, provavelmente, não é para se proteger a si próprio, mas para ajudar a sociedade como um todo e as pessoas mais vulneráveis e expostas. De fato, é hora de pensar mais nos outros... Isso me levou a uma reflexão: o que nos trouxe realmente a Covid-19 nesta fase de isolamento social?

Estamos diante uma crise civilizacional, mas temos que ver o lado positivo do coronavírus, que levou as pessoas a refletirem sobre que tipo de planeta nós queremos no futuro? Devemos também pensar sobre a gênese desta crise, por que razão existe uma crise coronavírus?

O Covid-19 é algo muito sério não sendo possível subestimá-lo, mas julgo que será apenas uma pequena fração da crise que nos espera.

Teremos que lidar com muitos outros problemas vastamente maiores, e que são eminentes.

Deparamo-nos com três grandes questões: a ameaça de uma guerra nuclear exacerbada pelas tensões dos regimes militares, a ameaça do aquecimento global e a ameaça da deterioração da democracia! Ambas as questões podem ser superadas se as pessoas tiverem controle sobre o seu destino senão podemos estar condenados a cair no abismo se a Europa continuar subordinada à ditadura financeira de Washington e dominada pelo medo de ser excluída do sistema financeiro internacional. Mais, se pararmos para pensar, temos uma Alemanha que não pode ajudar a Grécia,



Isabelle de Oliveira

Natural de Barcelos, é Professora Titular e Diretora de Investigação de Ciências da Linguagem na Universidade das Culturas da Sorbonne de Paris, França. Com vasto curriculum de cooperação académica e científica na Europa, África, Ásia e América.

“ o que nos trouxe realmente a Covid-19 nesta fase de isolamento social?

mas temos uma Cuba que pode ajudar a Europa! Isto é muito significativo e revelador do mundo em que vivemos! Neste contexto atual, em que a proximidade física passa a ser um perigo e uma certa distância física um dever ético, tornou-se incontornável a necessidade de lançar mão de novas ferramentas, sobretudo as do mundo digital. A internet, com os seus múltiplos recursos, sítios, aplicações e as suas poderosas redes sociais, tornaram-se os nossos principais aliados no confinamento. A tecnologia permite realmente viver uma comunhão que, alguns dizem virtual, mas que na verdade, é um modo de habitar o nosso mundo real. Porém, neste vasto horizonte do ciberespaço, permanecem os riscos de irmos a mergulhar num universo de despersonalização, de alienação, de falta de autocritica e criarmos uma espécie de existência paralela que pode afetar a qualidade das relações quotidianas.

Com esta crise sanitária desenha-se um novo paradigma nas relações humanas, já em andamento, em que já começamos a perceber as falhas na nossa sociedade moderna: Hiper

mobilidade, economia globalizada, violência, interdependência... Serão necessárias múltiplas reflexões e debates, muita investigação com equipas pluridisciplinares e multiculturais, muita imaginação, criatividade e pragmatismo para ir descobrindo e implantando novos modelos organizativos, novas formas económicas, sociais e culturais.

Para finalizar, é premente que a sociedade civil e a nossa própria Diáspora sejam mais ativas, que participem, que falem e expressem as suas vontades e anseios. Incitámo-las a, de forma mais visível e mesmo em micro-círculos, assumir as suas responsabilidades... Ou seja, os problemas globais que atualmente enfrentamos e pelos quais nos debatemos têm de impor uma convergência de comportamentos.

Diante dos nossos perigos comuns, neste momento de privações, vamos enfrentar uma vez mais as correntes geladas e suportar as tempestades que podem vir com esperança e solidariedade.

PROTECÇÃO DAS BANDAS DE MÚSICA CIVIS E AMADORAS



HUMBERTO BIU

Melómano, filarmónico e elemento da Banda dos Loureiros de Palmela desde 1947

Como cidadão que se tem dedicado à valorização das bandas de música civis e amadoras, preocupa-me a situação presente e futura destas instituições que pela sua participação na vida cultural do nosso país, representam um património que é necessário manter vivo na sua função culturalmente válida e socialmente útil.

Com efeito, devido principalmente ao desenvolvimento do ensino da música, as actuais bandas de música civis e amadoras, na generalidade, não são mais as pitorescas “bandas filarmónicas” de outrora; a função, sobretudo lúdica que lhes competia, tem vindo a dar lugar a um importante papel na difusão da música sinfónica de qualidade, constituída por composições originais especificamente escritas para sopros e percussão. São, pois, as actuais bandas sinfónicas que preenchem o papel cultural de divulgação de música de qualidade fora dos grandes centros populacionais, além de também participarem em eventos tradicionais

como festas e romarias. Resta ainda acrescentar que estas bandas sinfónicas, autónomas ou pertencentes a sociedades filarmónicas, são dirigidas por maestros de elevada competência formados especificamente em escolas superiores de música e conservatórios nacionais quer no nosso país quer no estrangeiro.

A pandemia que assola o mundo, porém, fez suspender as actividades e o funcionamento das sociedades filarmónicas algumas das quais dispõem de outros agrupamentos culturais, (por exemplo, grupos corais, grupo de arte dramática, clubes de leitura, grupos de danças regionais, aulas de ballet e outras), para além de também prepararem quer vias profissionalizantes a jovens que seguirão carreiras artísticas quer “públicas” para eventos culturais profissionalizados.

Todo este acervo constitui arte do povo, feita pelo povo em benefício da cultura nacional.

A suspensão necessária das actividades das bandas de música civis e amadoras durante o período da pandemia veio reduzir as receitas financeiras das entidades a que as bandas pertencem colocando estas em alto risco de terem de terminar a sua actividade, perdendo-se consequentemente, parte importante do património cultural português.

Não se pode perder tal património!

Apelo a todos os “filarmónicos” (músicos, maestros, dirigentes ou apenas amigos de música) que se manifestem aos poderes públicos, autarquias locais, órgãos dirigentes da cultura e Governo nacional, apelando para a necessidade de ajudarem as instituições musicais civis e amadoras, eventualmente no contexto de solidariedade europeia, (presumo que as bandas comunitárias de outros países se encontram em situação idêntica à nossa) sob pena de se empobrecer gravemente o património musical do nosso país com o desaparecimento de instituições culturalmente válidas e socialmente úteis.

CRIADO PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO, CULTURAL E RECREATIVO

A Câmara Municipal de Viana do Castelo vai criar um Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, Cultural e Recreativo com o objetivo de apoiar as associações do concelho afetadas pela declaração de Pandemia e que viram as suas atividades suspensas e/reduzidas, perdendo receitas que permitiam dar resposta a despesas diversas.



O programa visa, assim, suprir de forma célere, imediata, urgente e temporária, as necessidades de tesouraria das associações culturais, desportivas e recreativas do concelho que estão impedidas de levar a cabo um conjunto de atividades e serviços que geram receitas e sem as quais não conseguem acudir a compromissos regulares como despesas de funcionamento.

O prazo de inscrição e operacionalização deste programa decorre durante o mês de maio e é mais uma forma encontrada pelo executivo municipal para apoiar o movimento associativo de Viana do Castelo, fortemente atingido pela pandemia por COVID-19 e facilitar, ao mesmo tempo, o seu funcionamento no futuro imediato.

De lembrar que a autarquia tem vindo a efetuar um conjunto de medidas de apoio quer na área da ação social quer nas atividades económicas de forma a minimizar os impactos provocados pela COVID-19.

Recentemente, a Câmara Municipal aprovou novas medidas para prevenção e mitigação socioeconómica no âmbito da pandemia, que incluem o Reforço Orçamental em 250.000 euros, a acrescer aos anteriores 500.000 euros, para a Coesão Social, Ação Social Escolar e Freguesias. Foi ainda aprovado um Apoio excecional de 10.000 euros a Instituições Sociais do Concelho, Cruz Vermelha e Bombeiros voluntários para despesas de funcionamento e de aquisição de equipamentos de proteção individual ou outros.

No que toca a Apoios Educação / Aquisição de Equipamentos Informáticos / redes internet, está prevista a cedência de 400 portáteis e respetivas ligações de internet aos alunos dos escalões A e B que necessitem de apoio.

A Câmara Municipal prevê ainda Apoios à Cultura – produção artística e residências artísticas, apoiando a programação cultural com candidaturas até ao montante de 20.000 euros.

in Rádio Alto Minho

HÁ COLETIVIDADES A MAIS NO CONCELHO? SIM OU NÃO?

Devemos-lhes tanto!



Silvína Queiroz
in Diário As beiras

O número de colectividades daqui é bem impressionante mas nunca excessivo. Cada associação nasceu da vontade de um grupo que agregou outros, mobilizou, fez crescer o entusiasmo nos vizinhos, familiares, amigos. Sim, porque o associativismo vive em primeiro lugar da amizade e dos laços que tece, sempre com muitas dificuldades mas animados os dinamizadores de uma vontade assombrosa, digna de sempre ser sustentada.

Há anos ouvi um dirigente de uma associação financeiramente saudável dizer que estes organismos teriam de deixar de ser “subsídio-dependentes”! Não sei a quem se referia, se a caso isolado a quem servisse o remoque, mas dito assim considere-o ofensivo e muitíssimo injusto. Se alguma colectividade tiver que ser extinta que tal não se deva a abandono, nomeadamente por parte dos poderes, mas por vontade dos sócios, expressa em Assembleia Geral, segundo a lei.

O papel das colectividades é insubstituível. De pé no terreno, atentas ao momento e aos problemas, sempre na disposição de dar o seu melhor. Basta um olhar rápido aos “sítios” da Federação Portuguesa ou da Associação de Colectividades local para tal verificarmos. O que a AC declara como princípios e objectivos passados e presentes, retira qualquer dúvida em relação ao esforço destes denodados amigos abnegadamente dispendo do seu tempo: “O associativismo vive da comunhão e da partilha para que a experiência humana possa ser mais leve e feliz. Lutamos, diariamente, contra o individualismo e o comodismo que cerceiam este desiderato”.

Hoje, por muito que nos custe escrever isto, a exigência nacional assim o obriga: #fiqueemcasa”. Mesmo confinados, tenho a certeza de que continuarão labutando, para que quando este terrível momento passar, as vidas possam ser mais leves e mais felizes, tendo estes dirigentes contribuído uma vez mais para o propósito. Tanto há a dizer de medidas urgentes ao apoio do movimento associativo popular: um viável estatuto do dirigente, redução do IVA em equipamentos vários, desportivos, musicais, adereços... Eles e elas merecem! Agradeçamos.

PORTO VAI TER LINHA DE APOIO DE EMERGÊNCIA DE 150 MIL EUROS PARA ASSOCIAÇÕES

in Jornal Público



O espaço onde os jovens ligados ao associativismo têm a palavra

O Elo Associativo atribui esta página aos jovens que, de uma forma mais ou menos ativa, dedicam parte do seu tempo ao associativismo, praticando cultura, recreio ou desporto na sua coletividade e a quem são feitas duas únicas perguntas.



**Marlene Sofia
Pinto Soares**

28 anos
Designer (desempregada)

Dirigente da ACGITAR – Associação Cultural Geral
Independente Trabalhadores Amadores e Recreativa

1.

Como vêes o papel do associativismo no presente e no futuro?

No meu ponto de vista, a questão do papel do associativismo no presente e no futuro e a questão dos jovens no movimento associativo são tópicos indissociáveis. Porquê?

O movimento associativo nos dias de hoje, está envelhecido, tal como podemos comprovar no nº6 da Análise Associativa, é difícil recrutar jovens e quando há essa possibilidade é difícil mantê-los no movimento. Contudo os jovens são o elemento chave para o futuro do movimento associativo, sem eles o associativismo acaba.

2.

Qual a tua opinião sobre a relação entre o movimento associativo e os jovens?

Os tempos mudaram e com ele a conjuntura social e económica também. Os jovens, hoje em dia, deparam-se com obstáculos como a procura de emprego e a sua estabilidade, preocupam-se com horários laborais que

não os permitem desenvolver atividades extraprofissionais. Por experiência própria, este é o maior obstáculo de um jovem que desempenhe tarefas associativas.

A força de vontade do jovem em desenvolver atividades em prol da sociedade tem de ser muito maior do que há 10 ou 20 anos atrás. O jovem multiplica-se e tem de ser criativo para continuar a cativar-se e cativar a sociedade. A própria auscultação do jovem é tarefa árdua para os atuais dirigentes das 33.000 associações espalhadas por este país, sejam elas compostas por jovens ou não. Aqui podemos, também, culpabilizar os vários estímulos de lazer com que os jovens se deparam diariamente e que os afastam do movimento associativo.

Como dirigente de uma associação, composta maioritariamente por jovens, consigo provar que o associativismo tem caminho para andar, contudo a exigência é

imensa. Somos todos os dias colocados à prova, o que o torna por si só desgastante. Os mais velhos ajudam a não perder o foco através das suas experiências e são elementos importantes na composição de uma lista associativa. É através da passagem de testemunhos que conseguimos, por vezes, recrutar novos elementos. Temos de influenciar para conseguirmos chegar a um fim.

Os meios digitais que hoje temos ao nosso dispor são fundamentais. Através das redes sociais podemos divulgar eventos, apoios, workshops, todo o tipo de atividades que a associação desenvolva e dessa forma chegar a um largo número de pessoas. Claro que nem sempre esse número se traduz na realidade, contudo é um recurso que não deve ser colocado de parte, mas sim aprofundar e incentivar a sua utilização. As associações e os seus dirigentes devem ter em consideração que têm de evoluir e capacitar-se, para poder acompanhar a evolução social, política, económica e tecnológica que os rodeia. O movimento associativo deve tornar-se num estímulo para o jovem e, isso é possível ao demonstrar o que cada associação tem de particular para oferecer.

Acredito que o movimento associativo deve continuar a manter um papel cultural e educacional e não apenas recreativo. Acredito que uma associação não deve ter partido ou crenças religiosas, mas deve criar conteúdo e iniciativas sobre ambos os contextos e não deve ter receio de os expor. Devem desenvolver temáticas em redor destes temas, apresentar diferentes pontos de vista, relembrar a história do país e do mundo e até mesmo elucidar sobre o estado atual. Acredito que a disciplina de cidadania que deveria ser lecionada em todas as escolas do nosso país, pode de certa forma, ser compreendida no contexto associativo.

Sei que o movimento associativo não terá dias fáceis no futuro, contudo acredito que através da inovação, trabalho e perseverança será possível continuar a fazer feliz todos aqueles que estão ligados ao movimento.



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA,
RECREIO E DESPORTO

CAMPANHA NACIONAL DE NOVAS FILIADAS

Juntos seremos mais fortes!

CPCCRD • PT

A Direcção Nacional da Confederação tem vindo a acompanhar, informar, sensibilizar e apoiar as nossas filiadas nesta fase muito difícil da nossa vida colectiva derivado à Pandemia Covid-19.

Tendo-nos chegado diversos pedidos de apoio e informação de muitas entidades que não são filiadas, alertou-nos para a existência de milhares de Colectividades, Associações e Clubes que, não estando filiadas em nenhuma entidade federativa da cultura, recreio ou desporto, se encontram desprotegidas e sem informação.

Temos dado o apoio possível e disponibilizado nas redes sociais as nossas informações e posições face ao Governo e Autarquias.

Entendemos ser altura para lançar uma Campanha Especial de Filiação, dirigida a todos os que se queiram juntar à nossa Confederação como única entidade representativa do Associativismo Popular em Portugal com assento no Conselho Económico e Social, Conselho Nacional do Desporto, Conselho Nacional de Economia Social, e contactos regulares com a Assembleia da República, entre outros.

Nesse sentido, CONVIDAMOS diversas entidades a filiarem-se na Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

O pedido de filiação, sendo preenchido e submetido até dia 31 de Dezembro, será apreciado e decidido pela Direcção com a máxima rapidez.

O valor da Quota Mínima Anual é de 60€. Considerando a actual situação de perda de receitas derivado à Pandemia, no ano 2020 a nova filiada pagará apenas 30€.

Qualquer dúvida, poderá ser esclarecida, através de telefone ou e-mail para os contactos da Confederação.



Ana Miranda
Vice Tesoureira da CPCCRD